

clíodo & Nelson Leite
COM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES *

Nelson Barbosa Leite**

RESUMO

O trabalho procura mostrar uma visão crítica dos principais fatores intrínsecos e extrínsecos que afetam a performance das empresas florestais, principalmente àquelas do setor de papel e celulose. Entre os primeiros, se encontram a questão da produtividade, da pesquisa, qualificação da mão-de-obra, das alterações ambientais e da competição com a agricultura. Como fatores extrínsecos, são discutidas as necessidades de programas de reflorestamento para qualquer nível de produção, a estrutura do serviço florestal, bem como aspectos gerais da política florestal brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Política florestal; produtividade florestal; celulose e papel.

ABSTRACT

THE PRIVATE FOREST SECTOR PERCEPTIONS ABOUT EXPORTING

The paper intends to show a critical view of the main intrinsic and extrinsic factors that affect the performance of forest enterprises, mainly those from the pulp and paper sector. Among the first, there are the question of productivity, research, labor training, environment disturbances and competition with agriculture. Extrinsic factors, are discussed as the need of reforestation planning at any production level, the forest service structure, as well as general aspects of the brazilian forest policy.

KEY-WORDS: Forest policy; forest yield; pulp and paper.

* Palestra apresentada em seminário promovido pela EMBRAPA de 23 à 27/5/88 - Curitiba-PR

** Diretor da Ripasa S/A Celulose e Papel

1. INTRODUÇÃO

Em + forms 2000-2005

Antes de se abordar o tema deste painel, é interessante destaca-
r-se alguns aspectos relevantes: o primeiro diz respeito à opor-
tunidade de se discutir assunto de tamanha importância, no momen-
to político em que estamos vivendo, e pelo fato da discussão se
processar dentro do próprio governo, considerando-se a EMBRAPA co-
mo legítima representante do Governo. Nestas circunstâncias,cria-
-se a expectativa de que o resultado alcançado seja levado aos
mais altos escalões, para que decisões sejam, realmente, tomadas.
É de vital importância ao nosso setor que as conclusões aqui ge-
radas sejam apresentadas ao Senhor Ministro da Agricultura que é o
responsável maior pelo próprio IBDF e pelo setor florestal brasi-
leiro. O segundo aspecto está relacionado diretamente ao tema a
ser apresentado. Não se trata de nenhuma novidade. O que vai ser
mostrado é o resultado do relacionamento entre profissionais e da
convivência prática dentro do setor florestal, não existindo, por
tanto, nada de novo. É necessário, também, um esclarecimento: o
assunto abordado enfatiza o setor de celulose e papel. É certo
que muita coisa poderá extender-se aos demais setores,mas a maior
preocupação foi a análise deste setor.

Antes de se abordar o tema deste painel, é interessante destaca-
r-se alguns aspectos relevantes: o primeiro diz respeito à opor-
tunidade de se discutir assunto de tamanha importância, no momen-
to político em que estamos vivendo, e pelo fato da discussão se
processar dentro do próprio governo, considerando-se a EMBRAPA co-
mo legítima representante do Governo. Nestas circunstâncias, crie-
-se a expectativa de que o resultado alcançado seja levado aos
mais altos escalões, para que decisões sejam, realmente, tomadas.
É de vital importância ao nosso setor que as conclusões aqui ge-
radas sejam apresentadas ao Senhor Ministro da Agricultura que é o
responsável maior pelo próprio IBDF e pelo setor florestal brasi-
leiro. O segundo aspecto está relacionado diretamente ao tema a
ser apresentado. Não se trata de nenhuma novidade. O que vai ser
mostrado é o resultado do relacionamento entre profissionais e da
convivência prática dentro do setor florestal, não existindo, por
tanto, nada de novo. É necessário, também, um esclarecimento: o
assunto abordado enfatiza o setor de celulose e papel. É certo
que muita coisa poderá extender-se aos demais setores, mas a maior
preocupação foi a análise deste setor.

sido comentado como sendo um país exportador de excelente potencial. Esse otimismo tem sido próprio de indústrias, de empresas governamentais, universidades e instituições de pesquisa. Quando se fala em exportar, tem-se a impressão de que o país vai resolver todos os problemas do mundo. Deve-se registrar, também, a grande expectativa dos competidores externos diante, principalmente, das vantagens comparativas dos exportadores brasileiros. Está se criando a certeza de que o Brasil será transformado em importante e agressivo exportador. Apesar deste otimismo, existe, no entanto, algumas dúvidas. Trata-se de uma grande preocupação, cuja responsabilidade é exclusiva dos profissionais florestais. Há necessidade de que o setor florestal seja devidamente equacionado com um programa realístico de reflorestamento e o devido acompanhamento. Caso contrário nada será possível. O setor florestal tem a obrigação de registrar essa necessidade. Anteriormente o assunto já foi comentado no ENPAPEL, que é o Encontro de Empresas do Setor de Celulose e Papel, realizado a cada dois anos e sob o patrocínio da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose. O último encontro coincidiu com a época em que o Ministério da Indústria e Comércio dava informações sobre as dimensões do novo Programa Nacional de Celulose e Papel, gerando, na ocasião, uma grande euforia setorial. Todos acreditavam que o Brasil poderia transformar-se, realmente, em expressivo exportador de celulose para o mundo. Mas, um grupo de profissionais do setor florestal, já naquela ocasião, alertava para o fato de que

se os problemas florestais básicos não fossem resolvidos, não seria possível se alcançar nada, em termos industriais.

Por que o otimismo e por que a dúvida? Otimismo porque é ine-gável a capacidade técnica e administrativa das nossas empresas, tanto as florestais, como as industriais. Capacidade realmente existe. Se houvesse a implementação de um grande programa florestal, não existiria dúvida de que os brasileiros teriam capacidade técnica e administrativa para concretizar todo o trabalho.

As condições ecológicas são excepcionais e a tecnologia existente é de altíssimo nível. Os custos são competitivos, há disponibilidade de terras e mão-de-obra relativamente treinada. É lógico, portanto, que diante de tantos fatores favoráveis, só pudesse existir otimismo por parte de muitos empresários e profissionais envolvidos. Isso é, na verdade, o que faz com que surjam esporadicamente programas gigantescos, fazendo crer que, realmente, o Brasil possa se tornar um país exportador. Mas, infelizmente, as dúvidas e incertezas atribuídas basicamente à inexistência de um programa concreto e realístico de reflorestamento persistem! Quem pode, hoje, afirmar, com segurança, que o Brasil precisa reflorestar 100, 200, 300 ou 400 mil hectares por ano? E quem garante o quanto está sendo plantado? Há falta de um programa realisticamente dimensionado pelos diferentes setores consumidores e o seu devido acompanhamento. Esse programa é urgente e inadiável sob pena de se perder tudo que se fez anteriormente dentro da atividade florestal brasileira.

Toda a estrutura de nosso serviço florestal, envolvendo IBDF, os serviços estaduais, os institutos de pesquisa, enfim, toda a

organização florestal existente precisa ser repensada e preparada para o grande desafio. Temos potencial para termos as florestas mais produtivas do mundo, desde que tenhamos um programa de reflorestamento bem planejado, com objetivos bem definidos e muito bem orientado tecnicamente.

3. PROGRAMA DE REFLORESTAMENTO

É inadmissível que, com a capacidade industrial existente no Brasil, já consolidada e comprovadamente bem sucedida, não se tenha um programa de reflorestamento compatível às necessidades industriais. Devemos atender, também, aos usos alternativos da madeira. E nesse sentido, um dos exemplos mais significativos a ser mencionado é o uso da madeira como alternativa energética; não houve nenhum programa de reflorestamento que possibilitasse a consolidação desta política industrial. Passou-se a utilizar como energia, a madeira de florestas originalmente formadas para atender aos programas de celulose, serraria e chapa. Há necessidade, também, de se estabelecer programas em que o pequeno e médio proprietário estejam engajados. Dessa maneira poderemos evitar conflitos e integrar as atividades rurais. As grandes áreas onde foi possível se fazer extensas florestas, sem nenhuma dificuldade, já foram totalmente esgotadas. Infelizmente, em algumas dessas áreas temos atualmente péssimas florestas. Mas, atualmente ao se pensar em programas de reflorestamento envolvendo grandes áreas,

deve-se, obrigatoriamente, preocupar-se no engajamento do pequeno e do médio proprietário dentro da política de ocupação dessas áreas. De outro lado para que se possa viabilizar qualquer programa há de se garantir a existência de recursos financeiros. A existência do incentivo fiscal por muito tempo, não possibilitou o desenvolvimento de outras linhas de financiamento.

Com a retirada do incentivo fiscal, ficamos sem nenhuma alternativa para as empresas se utilizarem. Diante desta situação, consequentemente, pode-se afirmar que os programas industriais previstos, com base florestal, correm sérios riscos de se tornarem irreais. É inconcebível que se pense em duplicar a capacidade das indústrias de celulose e papel, sem se pensar em implantar um patrimônio florestal adequado. E isso só será viável com recursos financeiros disponíveis através de opções que deverão ser criadas.

4. ESTRUTURA DO SERVIÇO FLORESTAL

Há muito tempo ouve-se dizer que o IBDF é carente em estrutura administrativa e apresenta inúmeras dificuldades operacionais. Na verdade, a sobrecarga e a responsabilidade que recaem sobre o IBDF são muito superiores a sua capacidade administrativa. Nos últimos 15 anos, nada foi feito no sentido de se organizar adequadamente o IBDF, dar-lhe estrutura administrativa, e de proporcionar aos técnicos salários compatíveis e perspectivas de carreira profissional. O que existe no IBDF são pessoas de boa vontade,

mercedoras de todo o respeito, sem recursos para a execução de suas atribuições e sem perspectivas profissionais. Para que a situação mude, há necessidade de um esclarecimento à toda sociedade brasileira do importante papel das florestas para o homem e para a economia nacional. Sem essa conscientização, será mera ilusão acreditar-se em mudanças há curto prazo de tempo!

Por outro lado, os serviços florestais estaduais deixam muito a desejar. Cada Estado, com procedimentos diferentes, tornam-se isolados, inertes e afastados da causa florestal. Estrutura talvez mais dinâmica e objetiva pode-se encontrar em Minas Gerais. Em São Paulo há uma grande preocupação com os problemas florestais, mas infelizmente ainda não se tem nada de concreto, à altura das necessidades do Estado. Por enquanto em São Paulo, tudo se resume em expectativas.

Por outro lado, quando se analisa a integração dos serviços estaduais e federal, encontramos responsabilidades indefinidas e conflitantes. Há muita dificuldade e conflitos entre os conceitos de conservação e produção. Não se respeitam as peculiaridades regionais, com normas generalizadas para todo o Brasil. A situação de São Paulo, Santa Catarina, Paraná é totalmente diferente do Brasil Central ou da Região Norte do país. Os procedimentos em todas essas regiões não podem ser idênticos. Atualmente estamos vivendo o final de uma Constituição para o país. Logo, virão as constituições estaduais. E será nesse momento que o setor florestal deverá assumir a sua responsabilidade nas decisões, procurando dar o devido equilíbrio entre conservação e produção. E fundamental para o sucesso das atividades florestais, que haja

uma consciência clara e definida de todos os aspectos de conservação e produção. É mais fácil contestar e com a contestação vem o imobilismo e isso só prejudica o processo produtivo.

5. PRODUTIVIDADE E MANUTENÇÃO DAS FLORESTAS

Ao se abordar o tema produtividade florestal é importante que sejam feitos alguns questionamentos: o primeiro questionamento que surge é com referência à pesquisa florestal. Trata-se de assunto complexo e abrangente e que exige conhecimentos específicos para uma análise mais profunda. Numa análise geral destaca sobremainha a grande concentração de esforços na silvicultura. Para o setor de celulose e papel, as práticas silviculturais participam na composição do custo da madeira com aproximadamente 25%. Os outros 75% são representados por segmentos que não foram, ainda, pesquisados. E para se pensar em Brasil como país exportador, precisamos manter os custos da madeira posta na fábrica, sempre em níveis competitivos. Daí a preocupação em se fazer com que a pesquisa se volte para os segmentos que apresentam significância no valor final da madeira. Está na hora, portanto, de se cobrar dos pesquisadores, das instituições de pesquisa, uma maior concentração de esforços nas pesquisas de exploração e de transportes. Não cabe entrar no mérito das pesquisas realizadas pelas Universidades. Mas a realidade é que as empresas precisam urgentemente de informações e de soluções para os problemas relacionados a esses segmentos. Outra dificuldade a ser destacada é sobre a divulga-

ção dos resultados! Será que todos sabem o que existe ou o que está sendo feito nas diversas instituições de pesquisa do Brasil? Trata-se, portanto, de sério obstáculo que precisa ser superado urgentemente. A massa de informações tecnológicas é muito rica e precisa estar disponível a todos os interessados. Atualmente somente pequena parcela da comunidade florestal tem o privilégio de conhecer. Ainda com respeito à produtividade, deve-se indicar a inexistência de uma fiscalização eficiente sobre a qualidade técnica dos trabalhos dentro das próprias empresas. Será que a culpa dos maus serviços executados dentro da atividade florestal é só do IBDF? Não haverá, também, responsabilidades próprias das empresas pelos serviços mau executados? Deve-se entender que o problema de fiscalização e de manutenção desse nosso patrimônio florestal é de toda a comunidade florestal e não, exclusivamente, do IBDF. Todos sabem que existem profissionais e empresas dentro do setor muitas vezes inconsequentes. Não se pode admitir que problemas técnicos possam ser continuamente repetidos, sem a devida penalização aos profissionais e empresas responsáveis. Essa impunidade um dos grandes motivos que faz com que erros de 10 a 15 anos sejam repetidos, sem nenhuma penalidade ou constran-

gimento. Ainda no tocante à produtividade, deve-se ressaltar, também, a grande importância dos trabalhos de extensão florestal. Atualmente não há nenhum mecanismo que leve ao pequeno e médio produtor a tecnologia já disponível nas grandes empresas, nas universidades e instituições de pesquisa. As grandes empresas, de uma forma ou de outra, vão atrás das informações, participam de convênios e têm oportunidade de questionar as próprias institui-

ções de pesquisa, como a EMBRAPA, o IPEF e outras. Mas, o pequeno e médio proprietário não conhece nada a respeito de tecnologia florestal. Há necessidade, portanto, de se ter um trabalho de extensão que se volte, também, para esses proprietários, principalmente, caso se pretenda um programa de reflorestamento de alta produtividade, com a participação da pequena e média propriedade rural.

Outra variável muito importante na produtividade é a figura do empreiteiro. A maioria das empresas utiliza o empreiteiro de serviços sem o menor controle. Atualmente, na verdade, a estrutura de serviços mais representativa na atividade florestal é composta, na maioria dos casos, por empreiteiros, sem nenhum senso de profissionalismo. Trata-se de pessoal leigo, que simplesmente presta um serviço pelo custo mais baixo e sem nenhum compromisso com a continuidade e qualidade da floresta.

6. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA ATIVIDADE

A dependência econômica da atividade esteve sempre ligada e distorcida pelos incentivos fiscais. Há inúmeros fatores benéficos na política de incentivos fiscais, mas, infelizmente, ela também criou uma certa dependência, pois não se cogita da extinção dos incentivos fiscais de forma tão abrupta. Poucas empresas brasileiras param-se devidamente para a fase posterior ao incentivo fiscal. Tivemos muitos empreendimentos em que o grande negócio era o lucro na ocasião do incentivo. Não houve, nesses casos, a verdadeira administração e manejo das florestas e a consequente valorização da madeira.

Muitas empresas passaram a negociar a madeira a qualquer custo, sem se preocupar com o seu real valor de formação. Diante de tais circunstâncias dificilmente se teria uma atividade economicamente independente, com todos os recursos envolvidos remunerados.

Há necessidade de se valorizar adequadamente a madeira, caso contrário a atividade florestal sempre será mantida na dependência do governo e, dificilmente o pequeno e médio produtor serão motivados a participar ativamente da atividade florestal.

7. INTEGRAÇÃO DA ATIVIDADE AO CONTEXTO SOCIAL, ECOLÓGICO E ECONÔMICO

A análise da integração social, ecológica e econômica da atividade florestal, leva obrigatoriamente a uma discussão, entre outros aspectos, da mão-de-obra, das implicações ambientais e da competição com as atividades agrícolas.

No tocante à qualidade da mão-de-obra, deve-se observar as alterações do ambiente social que estamos vivendo. Sabe-se que a atividade florestal utiliza intensamente a mão-de-obra rural. Mas, será que o problema de ocupação desta mão-de-obra está devidamente equacionado? Será que há preocupação permanente em se fazer com que exista uma mão-de-obra treinada, devidamente produtiva e fixada no campo, em condições adequadas socialmente? Precisamos ter conciênci a da complexidade desses problemas e preparamos nos

deira administração e manejo das florestas e a consequente valorização da madeira. Muitas empresas passaram a negociar a madeira a qualquer custo, sem se preocupar com o seu real valor de formação. Diante de tais circunstâncias dificilmente se teria uma atividade economicamente independente, com todos os recursos envolvidos remunerados.

Há necessidade de se valorizar adequadamente a madeira, caso contrário a atividade florestal sempre será mantida na dependência do governo e, dificilmente o pequeno e médio produtor serão motivados a participar ativamente da atividade florestal.

7. INTEGRAÇÃO DA ATIVIDADE AO CONTEXTO SOCIAL, ECOLÓGICO E ECONÔMICO

A análise da integração social, ecológica e econômica da atividade florestal, leva obrigatoriamente a uma discussão, entre outros aspectos, da mão-de-obra, das implicações ambientais e da competição com as atividades agrícolas.

No tocante à qualidade da mão-de-obra, deve-se observar as alterações do ambiente social que estamos vivendo. Sabe-se que a atividade florestal utiliza intensamente a mão-de-obra rural. Mas, será que o problema de ocupação desta mão-de-obra está devidamente equacionado? Será que há preocupação permanente em se fazer com que exista uma mão-de-obra treinada, devidamente produtiva e fixada no campo, em condições adequadas socialmente? Precisamos ter conciênci a da complexidade desses problemas e preparamos nos

sos empreendimentos florestais para solucionar esses problemas e para que possamos admitir, com convicção, a atividade florestal como propulsora de benefícios sociais expressivos.

Quanto às implicações ambientais, devemos registrar abusos anteriores e uma significativa evolução conceitual na atualidade. Pode-se destacar, principalmente, a preocupação com o problema de erosão nas áreas de reflorestamento. Mas ainda temos muito a progressar! Será que existe uma preocupação setorial concreta sobre todos os problemas que precisam ser equacionados? E como

equacioná-los? Acreditamos que todo o problema ambiental deverá ser repensado. Muitas técnicas florestais precisam ser adequadas às exigências e conceitos ecológicos. Da mesma forma muitas práticas silviculturais, comprovadamente bem sucedidas, precisam ser respeitadas e acatadas como medidas, também, conservacionistas. Outro aspecto a ser destacado é a crescente competição com a agricultura. Nos estados mais desenvolvidos, o assunto é mais significativo. Há cerca de 10 anos quando se elaborou o documento Brasil 2000, ainda na euforia dos incentivos fiscais, o então Presidente da EMBRAPA, Dr. Eliseu Alves, convidado para fazer uma palestra aos participantes do referido documento, fez a seguinte advertência: "Vocês que estão fazendo reflorestamento nos estados mais desenvolvidos, ou tornam essa atividade independente economicamente, ou vocês não vão ter condições de continuar com a atividade florestal nessas regiões". E essa advertência está se tornando uma realidade quase que inquestionável nos dias atuais. Denro de pouco tempo, poderá-se tornar compulsória nos estados mais desenvolvidos, a utilização de solos mais férteis exclusivamente

mente na produção de alimentos. Mas, sabe-se perfeitamente, que é possível haver compatibilidade, em termos de ocupação, entre a atividade agrícola e a atividade florestal. É preciso somente que se faça um ajustamento técnico das áreas para a agricultura e para florestas, com a dèvida antecedência e dentro de critérios técnicos sobejamente conhecidos e adotados mundialmente.

8. SUGESTÃO

Há necessidade premente de se envolver toda a comunidade florestal, através de seus diferentes segmentos, numa discussão ampla, visando a elaboração de um Plano Nacional de Florestas com diretrizes e recursos bem definidos. Este é um assunto sobre o qual se vem falando há muito tempo. Mas, é muito oportuno que se volte a enfatizá-lo, tendo-se em vista as atuais alterações políticas e econômicas que estão se processando na sociedade. E se torna mais oportuno ainda por se realizar dentro da EMBRAPA, como representante do governo. EMBRAPA é Ministério da Agricultura e do Ministério da Agricultura, através do IBDF, é o responsável pelo Setor Florestal Brasileiro. É inadmissível que o setor com tanto potencial e capacidade de trabalho perca a oportunidade de se consolidar como importante atividade econômica e social. Mas, enquanto não existir um Plano Governamental que nos dê um balizamento setorial realístico, será sofisma acreditar-se que o Brasil poderá constituir-se em grande e permanente produtor e exportador de celulose.